



IV Encontro Internacional de Língua Portuguesa e Relações Lusófonas

2022

L U S O C O N F

Livro de Atas Proceedings

Editores

Carla Sofia Araújo
Cecília Falcão
Paula Odete Fernandes
Ana Paula Monte
Alexandra Soares Rodrigues
João Carvalho Sousa
Carlos Teixeira


INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA Escola Superior de Educação

Outubro 2022



Ficha Técnica

Título:

LUSOCONF2022
IV Encontro Internacional de Língua Portuguesa e Relações
Lusófonas: livro de atas

Editores

*Carla Sofia Araújo**
*Cecília Falcão**
*Paula Odete Fernandes**
*Ana Paula Monte**
*Alexandra Soares Rodrigues**
*João Carvalho Sousa**
*Carlos Teixeira**

Capa

*António Meireles **

**Instituto Politécnico de Bragança*

Edição

Instituto Politécnico de Bragança
Campus de Santa Apolónia
5300-253 Bragança
Portugal

Data de edição: Março de 2023

ISBN: 978-972-745-302-3

DOI: <https://doi.org/10.34620/lusoconf.2022>

Handle: <http://hdl.handle.net/10198/3368>

www.lusoconf.ipb.pt
Email: lusoconf@ipb.pt

Mónica ou a vã glória de morrer: o foco narrativo em <i>Novas cartas portuguesas</i>	156
Personagens comuns: a identidade de José Saramago em seus romances	163
EDUCAÇÃO NO MUNDO LUSÓFONO	171
A potência criativa de estudantes a partir dos afetos	172
<i>Os Lusíadas Boardgame</i>: a cultura literária de língua portuguesa e a mediação lúdica na sala de aula.	181
Projeto SocialNEET em Trás-os-Montes: da teoria à prática	188
ARTES DA EXPRESSÃO, MULTIDISCIPLINARIDADE NA LINGUAGEM ARTÍSTICA	197
Depois do azul. Variações intermináveis	198
A flor falante e dois balísticos	204
HISTÓRIA(S), MEMÓRIA(S), IDENTIDADE(S)	212
Para se pensar o Brasil: Lima Barreto e a Rússia – considerações iniciais	213
Algumas consequências da falta de acesso à educação, a partir de João Antônio	221
A repercussão da Semana da Arte Moderna na imprensa brasileira	228
UNIDADES(S), DIVERSIDADE(S), IDENTIDADE(S)	236
Que museu queremos em Mogadouro? Participação ativa da comunidade no processo	237
RELAÇÕES INTERNACIONAIS, CIÊNCIA POLÍTICA, ADMINISTRAÇÃO	245
Sustentabilidade e marketing: estratégias de marketing aplicadas ao marketing verde e percepções do consumidor	246
Planeamento e gestão de projetos: o caso do NERBA (Bragança)	255
Proposta de implementação do <i>Balanced Scorecard</i> numa empresa do setor têxtil	266
Reputação corporativa: um olhar interno sobre a Câmara Municipal de Santa Cruz	284
Aplicação da Escala de Carácter Corporativo à Câmara Municipal de Santa Cruz-Cabo Verde	296
A percepção dos utentes sobre a reputação corporativa da Câmara Municipal de Santa Cruz, Cabo Verde	311
Perfil dos visitantes das áreas protegidas Portuguesas: Contributos da análise de dados	328
Políticas públicas e o ecossistema de inovação em Curitiba. O caso do Vale do Pinhão	339
Aulas partilhadas entre Portugal e Brasil no MGO – Projeto COIL	348
O papel da digitalização na gestão de estruturas residenciais para idosos	356

Que museu queremos em Mogadouro? Participação ativa da comunidade no processo

What museum do we want in Mogadouro? – The community's active participation

Maria Emília Pires Nogueiro [0000-0002-6045-2514],

Instituto Politécnico de Bragança, Portugal.

emilianogueiro@ipb.pt

Emanuel Campos Gonçalves [0000-0003-2716-7348]

Município de Mogadouro, Sala Museu de Arqueologia, Portugal.

emanuel.campos@mogadouro.pt

Resumo. O programa museológico do futuro Museu de Mogadouro está em processo de desenvolvimento, ao abrigo de um protocolo assinado em 2022 entre a Câmara Municipal de Mogadouro e o Instituto Politécnico de Bragança. A investigação solicitada ao Instituto Politécnico favorece a aplicação, junto da comunidade de Mogadouro, da moderação, da transparência e do compromisso social exigido à museologia nos tempos pós-pandémicos que vivemos e no território transfronteiriço em que operamos. Os princípios orientadores do ICOM, (International Council of Museums), reforçam a importância dos museus enquanto agentes de desenvolvimento local. O estudo, a conservação, a exposição e a divulgação da cultura local favorecem a consciencialização da comunidade em relação à existência e valor da sua própria cultura, consolidando a base da participação ativa dos cidadãos. Neste processo colaborativo destacamos o inquérito como ferramenta de auscultação da comunidade de Mogadouro. Comunicar os procedimentos da construção do compromisso social entre o museu e a comunidade é o objetivo principal do presente estudo.

Palavras-Chave: Museu, Mogadouro, Comunidade, Território, Compromisso social.

Abstract. The future Museum of Mogadouro museological program is developing under a protocol signed in 2022 between the Municipality of Mogadouro and the Polytechnic Institute of Bragança.

The research requested to the Polytechnic Institute of Bragança favors the application, moderation and transparency as well as a social commitment with Mogadouro's local community, as it is required from a museological standpoint in post-pandemic times, and as it is required in a cross-border territory in which we operate. The guiding principles of ICOM, (International Council of Museums), reinforces the importance of museums as agents of local development. The study, conservation, exhibition and dissemination of local culture, favors the community; awareness of the existence and value of its own culture, consolidating the basis for an active citizens' participation. In this combined method, we emphasized the public consultation as a tool to take into account the relevance of Mogadouro's community participation in the process. Interactions between the community and the museum procedures for the building of a social commitment, is the main goal of the present study.

Keywords: Museum, Mogadouro, Community, Territory, Social commitment.

Introdução

Em tempos pós-pandémicos, o investimento na cultura que supõe a construção do futuro museu de Mogadouro é, inquestionavelmente, um processo inspirador. O protocolo assinado entre a Autarquia de Mogadouro e o Instituto Politécnico de Bragança tem como propósito a produção, por parte do Instituto Politécnico, do programa museológico do futuro museu.

Na introdução a este artigo, enunciamos alguns dos conceitos que definem a linha orientadora do presente estudo. Neste quadro conceptual, destacamos a documentação produzida pelas declarações da entidade mundial de referência para os museus – ICOM (*International Council of Museums*), que desde 1946-47 reflete, estuda e divulga os princípios éticos, as linhas orientadoras, as definições, procedimentos e normas que consubstanciam o que hoje entendemos como museus. Destacamos também da legislação nacional – a lei quadro dos museus, de 2004, que define, entre outras questões, o que se entende por programa museológico. A fundamentação da operacionalização dos princípios de atuação do programa museológico tem assim como base a documentação legal nacional que converge nos princípios difundidos pelo ICOM.

Após a exposição conceptual sobre o programa museológico, é destacada a contextualização do território que justifica a urgência na construção de um museu local em Mogadouro. A contextualização territorial sublima os aspetos culturais, ambientais e sociais, que constituem o eixo da narrativa do futuro museu.

É o contexto do território, na variedade das suas práticas culturais, que define o discurso do inquérito, usado como primeira ferramenta de auscultação geral da comunidade. O inquérito foi anunciado nos meios de comunicação locais e aplicado publicamente à população de Mogadouro no dia 18 de maio de 2022. A apresentação pública do inquérito, bem como dos seus objetivos, foi feita no dia internacional dos museus. Em 2022, o ICOM propôs que a celebração se assumisse como momento de reflexão acerca do poder dos museus. Considerando que o poder dos museus é construído pela comunidade que os cria, visita e estuda, abrimos a possibilidade de ampliar a comunidade que reflete sobre o museu de Mogadouro disponibilizando o inquérito também nas diversas plataformas tecnológicas de comunicação quer do Instituto Politécnico de Bragança quer da autarquia de Mogadouro. O inquérito está disponível na sala museu de arqueologia de Mogadouro e nas plataformas digitais até dia 28 de agosto de 2022, dia da festa de Nossa Senhora do Caminho em Mogadouro, favorecendo assim a inclusão da participação da população que vive fora do concelho e que regressa durante o mês de agosto.

O desenvolvimento do presente artigo está estruturado em três partes: Problemática e conceitos; Contextualização territorial; Inquérito aplicado à comunidade e, por fim, as consequentes reflexões sobre o processo em construção do museu de Mogadouro.

Problemática e conceitos

Programa museológico – as orientações do ICOM e a lei quadro dos museus

A problemática de partida do presente estudo pode caber numa questão: Que museu queremos em Mogadouro? O sujeito que conjuga o verbo é plural, inclusivo e comprometido. O compromisso é com a ética e com os valores de Museu e de Mogadouro.

O conceito de museu está em continua construção, desde que na Grécia clássica o mítico templo das musas lhe deu nome. Na contemporaneidade, pese embora se mantenha ainda e sempre em aberto, há algum entendimento em torno da narrativa iniciada pelo ICOM, em Santiago do Chile e decorrente do pensamento de Georges-Henri Rivière e de Hugues de Varine, adotada desde 1974 e revista pela última vez em 2007, em Viena, Áustria, conforme se pode ler ainda hoje no site do ICOM e que, entre outro aspetos, refere: A museum is a non-profit, permanent institution in the service of society and its development (...), (2007).

O aspeto social é, pois, primordial dentro do conceito de museu. Logo depois de referir que se trata de uma instituição sem ânimo de lucro e permanente é o valor social do museu que o seu conceito introduz. O museu além de estar ao serviço da sociedade tem o compromisso com o seu desenvolvimento. Um desenvolvimento comprometido com o ambiente, com o território e sobretudo

com a comunidade. Entretanto novas declarações do ICOM acrescentaram o fator crítico e também o criativo no desenvolvimento das comunidades assim como a proposta de assumir o museu enquanto agente do desenvolvimento não só das comunidades onde se instala, mas integral da região (Camacho, 2016; Mairesse, Desvallées, & Deloche, 2009; Moreira, 2021; Nogueiro, 2009). Há um sentido épico de missão com o bem comum, com o seu estudo e conservação para a fruição e educação coletiva. Não estranha que apesar das contínuas revisões ainda se mantenha o conceito. Na verdade, é que, com maiores ou menores aproximações, alguns dos propósitos anunciados ainda se percebem apenas numa realidade imaginada.

As orientações do ICOM são seguidas na definição de museu que consta na lei quadro dos Museus de Portugal (Lei n.º 47/2004, de 19 de Agosto, entrada em vigor em Setembro de 2004). Como destaca Camacho (2016, p.72), a definição de museu, em Portugal, tem um “teor mais vincadamente social e comprometido com o desenvolvimento da sociedade (...) completada com o «fomento da democratização da cultura», em linha com a Constituição da República Portuguesa”, este aspeto, sublinha a autora, está omissos noutros territórios europeus que se afastam dos valores sociais do ICOM.

Interessa ainda destacar a operacionalização da relação entre os conceitos ‘social’ e ‘museu’, pensada e sistematizada por Marc Maure (1996), e que assenta na: Consciencialização - da comunidade em relação à existência e valor da sua própria cultura; Num sistema aberto e interativo - abrindo o espaço à comunidade de modo a favorecer a participação desta; No diálogo entre sujeitos - o museu incentiva a participação ativa dos membros da comunidade, cabendo ao museólogo o papel de moderador entre os diferentes participantes.

É, pois, neste sentido que entendemos os parâmetros desejáveis ao desenvolvimento do programa museológico do futuro museu de Mogadouro.

No capítulo VII da lei quadro dos museus, (Lei n.º 47/2004), podemos ler no artigo 86.º, o que se entende por ‘programa museológico’. Destacamos no presente texto as alíneas d) e e) que referem: “A formulação das estratégias funcionais, designadamente nos domínios do estudo e investigação, incorporação, documentação, conservação, exposição e educação” e “a identificação dos públicos”.

A formulação de estratégias funcionais para o programa museológico do museu de Mogadouro, nos domínios do estudo e investigação, incorporação, exposição e educação decorre do sistema aberto e interativo que inclui a comunidade e favorece a sua participação. É neste contexto que destacamos a aplicação do inquérito à comunidade que se desenvolve no capítulo 3 do presente estudo.

Apesar destes princípios estarem expostos na lei quadro e de terem já passado dezoito anos desde a sua publicação ainda estamos longe de uma aplicação generalizada de todos os seus âmbitos de intervenção nos museus em Portugal. No entanto trata-se inquestionavelmente de um documento ainda inovador, conforme refere Graça Filipe (2017, p.12), a lei quadro dos museus de 2004 “é um instrumento facilitador da construção da(s) política(s) museológica(s) e de valorização patrimonial no universo multifacetado e multidimensional de realidades e processos museais em Portugal”. A mesma autora refere ainda que não identifica premência numa revisão de fundo da Lei. A recorrente fraqueza que identifica prende-se precisamente com a urgência da sua aplicabilidade e não com a desatualização da lei. Em especial destaca a persistência da ausência de programas museológicos assumida ainda por muitas instituições, refere que (...) há todo um trabalho a desenvolver nos domínios do planeamento estratégico e da programação museológica, com inerentes mudanças do sistema político e administrativo do país em relação à gestão patrimonial e aos museus”.(Filipe, 2017, p.15).

A recorrente fraqueza que a autora identifica julgamos combatê-la a partir do terreno e em conjunto com a comunidade local - público alvo que assumimos como prioritário no programa museológico em construção. A comunidade e o território são os alicerces em que fundamentamos a operacionalização destas duas alíneas do programa museológico, conforme se justifica nos capítulos seguintes.

Contextualização territorial

Enquadramento sociogeográfico.

O concelho de Mogadouro localiza-se no denominado Planalto Transmontano, com exceção da Freguesia de Castro Vicente, situada no extremo Noroeste, separada pelo Rio Sabor. O Rio Douro define

a fronteira, em toda a sua passagem pela área geográfica de Mogadouro, com a província espanhola de Castela-Leão. Mogadouro assume uma posição radial na região do Nordeste Transmontano, tendo como vizinhos os municípios de Torre de Moncorvo, Vimioso, Alfândega da Fé, Macedo de Cavaleiros e Miranda do Douro. O atual concelho foi formado aquando das reformas administrativas liberais, o decreto de 06/11/1836 (Tomás & Valério, 2019, pp 284-286), anexa os antigos concelhos de Azinhoso, Bemposta, Penas Roias e algumas freguesias que pertenciam a Moncorvo e Algosó, cedendo para Freixo de Espada à Cinta a freguesia de Lagoaça. Por decreto de 24/10/1855 é integrada a Freguesia de Castro Vicente, concelho extinto em 1836 e anexado a Alfândega da Fé (Tomás & Valério, 2019, pp 284-286). Com uma área geográfica de 760,6 km² e atualmente composto por 17 Freguesias e 4 Uniões de Freguesia após a reorganização administrativa de 2013 (Tomás & Valério, 2019, pp 284-286).

O Município de Mogadouro, tal como os circunvizinhos, enfrenta uma realidade demográfica que tem vindo a agravar-se, com um número decrescente da população. Os dados provisórios dos Censos de 2021, em relação aos Censos de 2011, indicam uma diminuição significativa da população num número dos 1241 indivíduos, verificando-se um aumento ligeiro na população no grupo etário dos 65 anos e mais (Censos, INE 2021). Esta realidade, não inerente apenas a Mogadouro, é particularmente gravosa para as populações do interior, porque, embora o seu sector primário esteja em relativa estabilidade, não se consegue fixar população no interior devido ao escasso tecido industrial, que é um dos principais empregadores do nosso País. Assim, na falta de oportunidades de trabalho é normal o crescente êxodo da população, aliado à redução do número de nascimentos. Não foi, no entanto, uma realidade intrínseca em todos os períodos históricos. A crescente, embora lenta e esporádica, investigação histórica e arqueológica, tem contribuído para uma mudança no paradigma interpretativo sobre a ocupação humana neste nosso território.

Do vasto e diversificado património cultural material e imaterial patente neste território destacamos os cerca de 15 monumentos megalíticos, ou mamoas, que marcam a paisagem do planalto e os 25 povoados fortificados com ocupação desde da Idade do Ferro (consulta do documento interno - Carta Municipal do Património Cultural), distribuídos de forma organizada sobre as Arribas do Douro e nas margens do Rio Sabor e na área central. São relevantes também os inúmeros vestígios romanos que indiciam uma economia baseada na oliveira, no vinho, na produção de linho e na exploração mineira (Marcos, 1998). Existem aproximadamente 60 templos religiosos, entre igrejas paroquiais, conventuais, capelas e ermidas (cf. documento interno do município - Carta Municipal do Património Cultural), muitos destes templos ainda conservam no seu interior e na sua composição arquitetónica um relevante testemunho das diferentes correntes artísticas, desde do românico no contexto medieval ao período contemporâneo. Este património, expressão material de um povo, possui exemplares com proximidade e influência dos grandes centros artísticos, não descurando a “inocente” produção popular, que expressa as diversas influências artísticas na região.

propósito deste artigo não é descrever nem traçar a linha cronológica da ocupação humana neste território. Nestas linhas, e de forma sucinta, procuramos destacar a significância de determinados períodos históricos, como o domínio destas terras pelo Templários, ou depois pela família Távora, e a chegada da Ordem Terceira Regular de São Francisco, que permitiram às comunidades locais, direta ou indiretamente, com ou sem perceção, o contacto com contextos socioeconómicos externos. Destacamos também a relevância das rotas comerciais, expressa no património civil, como pontes calçadas e testemunhos toponímicos. E é na imperiosa função de conhecer, preservar e divulgar todo este património cultural, (que é sempre uma inspiração, sublinhamos aqui o significado primordial de museu – casa das musas), para a união entre todas as comunidades que lutam pela preservação e desenvolvimento do seu território, que o futuro Museu de Mogadouro deve assumir um papel relevante.

3.2 Da génese ao novo Museu de Mogadouro.

Na década de 80 do século XX, deram-se os primeiros passos para a criação de um espaço museológico, com o propósito de garantir a preservação da memória e do património cultural mogadourense, do qual resultou a abertura da Sala Museu de Arqueologia do Município de Mogadouro.

A Sala Museu de Mogadouro, cujo o mentor foi Domingos Marcos, surge na necessidade de ser exposto o espólio recolhido aquando das primeiras campanhas arqueológicas, promovidas pelo próprio, com a colaboração de Francisco Sande Lemos e também de promover junto da comunidade mogadourense os

resultados das campanhas arqueológicas de Maria de Jesus Sanches. Foi Domingos Marcos quem apelou à emergência de um espaço para expor todo o espólio exumado das escavações arqueológicas. A Sala Museu de Arqueologia evitou que os conjuntos de peças provenientes de Pradinhos - Castro Vicente e Salgueiral - Mogadouro, não se dispersassem.

O Município de Mogadouro, nos últimos anos, tem vindo a promover projetos de investigação e valorização do Património Cultural existente na sua área geográfica. Destacamos o projeto de “Investigação e Valorização do Castelo dos Mouros de Vilarinho dos Galegos, Mogadouro, (Norte de Portugal)”, sob direção científica de António Dinis (Dinis & Gonçalves, 2014). Este projeto teve continuidade na fase seguinte, a fase de conservação e valorização. Com o propósito de alargar o seu espectro geográfico, e com a sua integração numa rede inter-regional e transfronteiriça dos Castros, o futuro Museu de Mogadouro irá assumir a posição de base para o desenvolvimento e ponto de partida para rotas de temáticas diversas sobre o nosso Património Cultural.

O novo Museu de Mogadouro irá substituir a atual Sala Museu de Arqueologia, que com as novas instalações poderá contribuir significativamente para uma maior dinamização cultural e, conseqüentemente, para o aumento qualitativo da oferta do turismo cultural do concelho de Mogadouro e mormente para uma maior aproximação da comunidade à sua “memória coletiva”, sendo esta o elemento identitário e caracterizador do ser transmontano cidadão europeu.

No ano de 2002, foi doado ao Município de Mogadouro um prédio urbano, com os seus anexos, para albergar as instalações de um novo museu, pela família, do já falecido Dr. Alves, um dos primeiros farmacêuticos a instalar-se na Vila de Mogadouro. A intenção manifestada pelo antigo farmacêutico foi respeitada e materializada com assinatura da escritura de doação no dia 13 de Setembro de 2002, pela sua mulher, Teresa Manuela Gomes Coutinho, também ela farmacêutica, que legou ao Município de Mogadouro o espólio da sua farmácia, para que, se assim o entendessem, fosse integrado no núcleo expositivo, conforme foi lavrado na acta n.º 17 de 2002 da autarquia de Mogadouro.

A Zona Histórica de Mogadouro (ZHM) tem vindo muito lentamente a tornar-se atrativa, para quem nela queira residir ou estabelecer o seu negócio. Com um elevado número de edifícios degradados e desabitados esta realidade do parque edificado pode estar a contribuir para uma mudança lenta e pouco potenciadora. O Património Cultural edificado existente é um dos polos mais relevantes da ZHM, pois permite que se mantenha um fluxo turístico, com visitantes que procuram conhecer e vivenciar experiências positivas, não obstante existirem focos de degradação e abandono. Como forte contributo para interverter o processo de abandono da ZHM, torna-se necessário promover a revitalização do edificado existente, habitacional (e aqui algumas das casas existentes poderiam ser convertidas para habitação social) e funcional, na premissa do respeito pela área envolvente em simbiose com as necessidades atuais de habitabilidade e normas de segurança seja qual for o fim a que se destina o espaço reabilitado ou requalificado.

O edifício situa-se na em plena Zona Histórica, dentro da área *non aedificandi*, estabelecida pela zona especial de proteção do Castelo de Mogadouro, Portaria de 15-11-1965, publicada no DG, II Série, n.º 29, de 04-02-1966, pelo que, o projeto arquitetónico do Museu terá de respeitar a volumetria do existente, num claro compromisso com o de respeito e de exemplo para os residentes da ZHM.

Considerando o espólio arqueológico existente e o enquadramento espacial da Casa Dr. Alves, o futuro Museu de Mogadouro permite relacionar e perceber os processos de ocupação do território desde a Pré-história até aos nossos dias. Em termos simbólicos, a centralidade do futuro edifício do museu, localizado no que terá sido o espaço da génese de Mogadouro, permitirá no desenvolvimento do seu discurso que discorre entre os aspetos da história, das tradições e da sua cultura, construir a narrativa identitária, que a comunidade mogadourense considere mais relevante, respeitando a pluralidade de opiniões expressas no inquérito a decorrer.

Neste sentido, pretende o Município de Mogadouro, que o Museu de Mogadouro tenha a missão de promover o conhecimento e a reflexão sobre a nossa memória coletiva, com um natural enfoque sobre o território geográfico do atual concelho de Mogadouro, privilegiando ações que visem a preservação, a comunicação e expressão do Património Cultural das diferentes épocas e povos que contribuíram para o nosso legado cultural comum.

Considerando a riqueza patrimonial arqueológica, de arte sacra, etnográfica e histórica do concelho e da região, o Município de Mogadouro assumiu a posição de criar as condições necessárias à integração do futuro espaço museológico na Rede Nacional de Museus, por forma a criar um espaço

contínuo de apoio a toda a região, contribuindo para a proximidade com a comunidade, o desenvolvimento da oferta turística e a promoção de atividades culturais.

Inquérito aplicado à comunidade

Metodologias

Conforme ficou descrita, a variedade natural e cultural, arqueológica e artística do território constitui a base da narrativa expositiva do futuro museu de Mogadouro. Tendo em conta a descrição sociogeográfica do concelho assumimos a comunidade local como o público-alvo prioritário no serviço à sociedade que o programa museológico nesta fase define.

Das diversas abordagens metodológicas possíveis em ciências sociais, (Richardson, R., Peres, J., Wanderley, J., Correia, L., & Peres, M. 1985; Hesse-Biber, S.; Leavy, P. 2011), é a aplicação de um inquérito à comunidade a que melhor se adapta no processo em construção do museu de Mogadouro agora em desenvolvimento. Trata-se de uma ferramenta largamente aplicada em museus, no âmbito nacional destacamos a obra de Semedo, A., Ganga, R., & Oliveira, C. (2018), que constituiu uma leitura determinante para o presente estudo, pois está contextualizado igualmente no território norte do país e explora alguns dos conceitos agora aplicados também em Mogadouro. A abordagem qualitativa dos inquéritos permite-nos aproximar das expectativas, opiniões, motivações e construções de significado, que queremos auscultar junto da comunidade. O inquérito é antecedido pelo obrigatório consentimento informado que afeta o uso exclusivo dos dados ao estudo em curso, bem como, pelo registo de identificação de dados sociogeográficos dos inquiridos.

A problemática assumida nos inquéritos assenta nos temas a integrar no discurso museológico do futuro museu de Mogadouro. O inquérito foi escrito apenas em português pois tem como público-alvo a comunidade local. O tempo estimado para o seu preenchimento varia entre os 10 e 15 minutos. As questões do inquérito foram construídas a partir da análise da literatura e foram organizadas em torno a quatro áreas temáticas: Práticas Culturais; Atores locais; Ocupação e organização do território; Exploração do território. Os temas introduzem as quatro questões colocadas: 1. Qual a importância das tradições locais no futuro Museu de Mogadouro? 2. Que importância atribui à presença dos atores locais (coletivos e individuais) no futuro Museu de Mogadouro? 3. Que aspetos da ocupação e organização do território considera que devem estar representados no futuro Museu de Mogadouro? 4. Que aspetos da exploração do território considera que devem estar representados no futuro Museu de Mogadouro? Para cada uma das questões foram definidas seis possíveis respostas, bem como foi deixada a possibilidade de serem acrescentadas outras propostas além das descritas. Para a primeira questão relativa às práticas culturais as propostas descritas são: Máscaras, Chocalhadas, Serra das Velhas; Música e dança tradicional; Procissões e romarias religiosas; Recreações, teatro comunitário; Lendas; Gastronomia tradicional. Para a segunda questão sobre os aspetos sociais as respostas sugeridas são: Família Távora; Templários, (Ordem de Cristo), Mogadouro e Penas Roias; Judeus conversos (Cristãos Novos); Trindade Coelho; Frades Franciscanos (TOR) e o Convento em Mogadouro; Santa Casa da Misericórdia, Confrarias religiosas. Para a terceira questão relativa à ocupação humana do território são feitas as seguintes propostas: Ocupação pré-histórica; Povoados fortificados, (castros); Ocupação romana; Forais; Castelo, muralhas; Vias de comunicação. Por último, na quarta questão relativa à exploração do território foram expostas propostas seguintes: Caça, pesca, recolha de espécies silvestres; Práticas agrícolas tradicionais; Explorações mineiras; Práticas tradicionais de transformação de matérias primas (tecelagem, olaria, saúde); Feiras e mercados; Contrabando. Todas as perguntas permitem acrescentar temas não incluídos nas propostas do inquérito. No final das quatro perguntas uma caixa de reflexão permite incluir qualquer proposta ou sugestão que não esteja contemplada em nenhuma das áreas temáticas definidas. A escala em que podem ser avaliadas as propostas varia entre os parâmetros: Nada importante; Pouco importante; Importante; Muito importante; Importantíssimo. Propositadamente excluímos a hipótese não sei/não respondo, assim como foi propositado o uso do superlativo sintético absoluto como limite máximo da escala. Tratando-se de um inquérito que pretende perceber a implicação emocional da comunidade com a sua própria cultura julgamos desnecessária a hipótese neutra e consideramos relevante a expansão do espectro no envolvimento emocional até ao superlativo.

Terminado o período de preenchimento do inquérito a análise das respostas permitirá reajustar as narrativas propostas e definir, em conjunto com a comunidade, o discurso expositivo do futuro museu de Mogadouro.

5. Conclusões\Reflexão final

O presente estudo tem por principal objetivo a divulgação da transparência do programa museológico em curso sob o protocolo assinado em 2022 entre a Câmara Municipal de Mogadouro e o Instituto Politécnico de Bragança. Porque a transparência do processo é determinante no compromisso social com a comunidade e como base do princípio da participação que fundamenta um programa de desenvolvimento social, que conforme ficou exposto está subjacente ao conceito de museu.

O inquérito “Que museu queremos em Mogadouro?” convoca a comunidade a refletir sobre o valor da sua própria cultura, mas sobretudo a ser participante na construção do futuro Museu de Mogadouro. O tratamento dos dados do inquérito, após o término do prazo determinado para permitir o seu preenchimento, criará a base da narrativa do museu que será sempre um processo em construção.

Assumindo a transparência do processo como bandeira, cumpre-nos ainda referir o próximo passo que consolidará no território o compromisso social que nos move na execução do programa museológico em curso. Seguindo os princípios de atuação do desenvolvimento local, conforme refere Carmo (2014), depois do princípio das necessidades sentidas e da participação, é o princípio da cooperação que se assume como imperativo de eficácia nos projetos de desenvolvimento comunitário, a partir da colaboração entre o sector público e o sector privado. A colaboração entre o sector público e o sector privado e o Museu de Mogadouro pretende criar no território a necessária rede capaz de potenciar a capacidade de resposta no estudo, conservação e divulgação do património cultural e natural de Mogadouro. Existem já redes, desde logo entre o Município de Mogadouro e o Instituto Politécnico de Bragança, mas também com a Direção Regional da Cultura Norte e com o Museu D. Diogo de Sousa. Os museus vizinhos de Miranda do Douro, Torre de Moncorvo, Freixo de Espada à Cinta, Macedo de Cavaleiros, Bragança, assim como do espaço transfronteiriço de Aliste, Zamora e Salamanca são parceiros prioritários. Mas a colaboração com os agentes que operam no concelho é a primeira a ser trabalhada. Assim, primeiro serão convocados os agentes de cultura, do turismo, hotelaria, restauração e desporto de modo a abranger âmbitos tão diversos que nos permita incluir comissões fabriqueiras (que zelam no terreno pela conservação do património religioso), bem como agentes de desenvolvimento desportivo (que zelam no território pela boa conservação do ambiente), sem esquecer, obviamente, a restauração e a hotelaria (que zelam pela boa conservação do património gastronómico e arquitetónico). A prática da conservação do património, entendido como campo expandido, é já pois uma realidade assumida coletivamente com a qual o museu comunga e colaboradora. Pretende-se que o futuro museu de Mogadouro se venha a construir, conforme descreve Roser Masachs (2003), como um espaço comum de carácter simbólico, quer a nível cognitivo quer emocional, assumindo-se como lugar idóneo para a comunicação e o desenvolvimento das relações humanas. Cumprindo uma função social, propiciará a comunicação entre diferentes elementos sociais estimulando a identidade cultural conjunta, gerando experiências comuns, favorecendo a cooperação e comportando-se como agente de socialização, beneficiando a construção de uma identidade coletiva de todos os cidadãos em torno ao conhecimento, à valorização e à implicação ativa com o seu espaço.

Referências

- Camacho, C. F. (2016). A dimensão social dos museus em sistemas de credenciação europeus. *Revista Património*, 4, 70-76.
- Carmo, H. (2014). *Desenvolvimento comunitário [Projeto Acessibilidades]*. Universidade Aberta
- Dinis, A.P. & Gonçalves, E.C. (2014). Projeto de investigação e valorização do Castelo dos Mouros de Vilarinho dos Galegos, Mogadouro: ponto de situação. In A. Dinis (Orgs), *Atas de I Encontro de Arqueologia de Mogadouro* (pp. 51-78). Mogadouro: Município de Mogadouro.

- Filipe, G. (2017). A implementação da Lei-Quadro dos Museus Portugueses. *Boletim ICOM Portugal*, (10), 12-17.
- Hesse-Biber, S.; Leavy, P. (2011). *The practice of qualitative research*, 2.^a ed. London. Sage Publications.
- Instituto Nacional de Estatística (2021). Dados provisórios Censos 2021. Acedido em 08-07-2022. Disponível em https://www.ine.pt/scripts/db_censos_2021.html
- Lei-Quadro dos Museus Portugueses (2004), Lei n.º 47/2004, de 19 de agosto. *Diário da República*. 1.^a série-A, n.º 195, pp. 5379-5394.
- Mairesse, F., Desvallées, A., & Deloche, B. (2009). Conceptos fundamentales de la museología. *Icofom Studies Series (ISS)*, 38, 91-128.
- Marcos, D. S. (1998). Catálogo dos Monumentos e Sítios Arqueológicos do Planalto Mirandês. *Revista Brigantia*, Vol. XVIII – n.º 1/2, 27-111.
- Masachs, R. (2003). Aprender arte en la ciudad, sensibilizar hacia el respeto y la valoración del patrimonio urbano. In Masachs, R. C. (Coord.), *Arte para todos: Miradas para enseñar y aprender el patrimonio*, (p. 103-136). Gijón: Trea.
- Maure, M. (1995). La nouvelle muséologie—qu'est-ce-que c'est. *Icofom Study Series (ISS)*, 25, 127-132.
- Moreira, F. (2021). Os museus enquanto instrumentos de progresso e de desenvolvimento. In Primo, J. & Moutinho, M. (Ed.). *Teoria e prática da Sociomuseologia*. Lisboa. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (pp. 475, 489)
- Município de Mogadouro (1992). Acta Número 17/02, da reunião de 09 de julho de 2022. Livro de Atas das reuniões do executivo municipal. Mogadouro
- Nogueiro, E. (2009). *Museu Militar de Bragança: Fundação; Práticas Museológicas*. Dissertação de Mestrado em Museologia. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto. Portugal. pp. 8 -75.
- Richardson, R., Peres, J., Wanderley, J., Correia, L., & Peres, M. (1985). *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo. Atlas.
- Semedo, A., Ganga, R., & Oliveira, C. (2018). *Visitar Museus e Monumentos: Um estudo piloto de fatores motivacionais*. Porto. Faculdade de Letras. CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória.
- Tomás, A., Valério, N. (2019). *Autarquias locais e divisões administrativas em Portugal 1836 – 2013*. Acedido em 08-07-2022. Disponível em: <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/19157>